

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro Acadêmico do Agreste  
Curso de Ciências Econômicas

**DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS  
PERNAMBUCANOS**

Caruaru  
2012

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro Acadêmico do Agreste  
Curso de Ciências Econômicas

**EMAZOEL MAGNO DA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS  
PERNAMBUCANOS**

Monografia apresentada ao núcleo de Ciências Econômicas, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Luiz Honorato da Silva Júnior

Caruaru  
2012

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Simone Xavier CRB4 – 1242

S586d Silva, Emazoel Magno da.  
Desenvolvimento rural: uma análise dos municípios pernambucanos.  
. / Emazoel Magno da Silva. - Caruaru: O autor, 2012.  
55f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luiz Honorato da Silva Júnior  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de  
Pernambuco, CAA. Economia, 2012.  
Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento rural. 2. Índice de desenvolvimento rural - Pernambuco.  
. Silva Júnior, Luiz Honorato da (orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2012-73)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS DO ALUNO

**EMAZOEL MAGNO DA SILVA**

A Comissão Examinadora, composta pelos professores abaixo especificados, sob a presidência do primeiro, considera o aluno Emazoel Magno da Silva **APROVADO**.

Caruaru, 7 de Agosto de 2012.

**Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva**

Orientador e Membro da Banca Examinadora

**Profa. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira**

Membro da Banca Examinadora

**Prof. Dr. Diogo de Carvalho Bezerra**

Membro da Banca Examinadora

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus por sua infinita bondade e por sempre estar presente quando mais precisei.

Agradeço à minha família por apoiar as minhas decisões, em especial meus pais, Sr. Manoel Severino e Sra. Maria Elza, e minha irmã, Emazoelma Silva, que me deram todo o suporte necessário para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Aos grandes amigos que fiz durante a minha vida pela força e incentivo.

Ao meu orientador que me ajudou em todos os momentos, desde a escolha do tema até o término deste trabalho.

Aos professores Monaliza de Oliveira Ferreira e Diogo de Carvalho Bezerra, membros da banca examinadora, por suas contribuições e sugestões importantes ao trabalho.

A todos os professores, funcionários e alunos do CAA, que foram fundamentais para a minha formação.

A minha turma, Economia 2008.1. Em especial aos amigos Milene Santos e Jefferson Amorim

Aos amigos universitários do CAA, que juntos fazíamos, todas as noites, o trajeto Camocim de São Félix – Caruaru. O esforço, com certeza, valerá a pena.

Aos economistas que, com suas atuações e obras, me inspiram a lutar por um mundo mais justo.

## **Resumo**

O desenvolvimento é um tema complexo que abrange diversas variáveis e possui abordagens específicas. O objetivo principal do trabalho é propor uma análise sobre o desenvolvimento rural dos municípios de Pernambuco. Foram incluídos na pesquisa 181 dos 184 municípios pernambucanos. A forma utilizada para mensurar o desenvolvimento das áreas rurais foi o “índice de Desenvolvimento Rural” (IDR), com base no índice proposto por Kageyama (2004). O IDR é composto por quatro índices parciais: índice populacional, índice de bem-estar, índice econômico e índice ambiental. Cada índice parcial é formado por um conjunto de variáveis, que representam informações importantes sobre as cidades estudadas. O resultado do IDR, para cada município, foi próximo; mas a composição, através dos resultados os índices parciais, foi variada. Com o resultado do IDR, tornou-se possível separar os municípios de acordo com o seu nível de desenvolvimento (alto, médio e baixo) e com os índices parciais estabelecer se o município possui um desenvolvimento equilibrado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Índice de Desenvolvimento Rural, Pernambuco.

## **Abstract**

The development is a complex issue that encompasses many variables and has specific approaches. The main objective of the study is to propose an analysis of rural development in the municipalities of “Pernambuco”. Of the 184 municipalities of “Pernambuco”, 181 were included in the survey. The method used to measure the development of rural areas was the "Rural Development Index" (RDI), based on the index proposed by the PhD in Economics, Angela Kageyama (2004). The RDI is composed of four partial indexes: population index, index of well-being, economic index and environmental index. Each partial index is formed by a set of variables that represent important information about the cities studied. The result of the RDI, for each municipality was close, but the composition through the results, partial indexes, was varied. As a result of the RDI, it became possible to separate the municipalities according to their developmental level (High, Medium and Low) and the partial indexes to establish whether the city has a balanced development.

Key words: Development, Rural Development Index, Pernambuco.

## **Lista de figuras**

Figura 1- Evolução da população urbana e rural de Pernambuco (1940 – 2010). .....	37
Figura 2- Os 10 municípios pernambucanos com os maiores valores do IDR. ....	39
Figura 3- Os 10 municípios pernambucanos com os menores valores do IDR. ....	40

## Lista de tabelas

Tabela 1: Indicadores rurais. ....	29
Tabela 2: Indicadores utilizados no IDR, por índice parcial. ....	30
Tabela 3: Estatísticas descritivas para os municípios de Pernambuco (n= 181 municípios). .....	36
Tabela 4: Estatísticas descritivas do IDR e seus componentes, para os municípios do estado de Pernambuco (n= 181 municípios). ....	39
Tabela 5: Municípios com maiores e menores resultados no IDR, por mesorregião .....	42
Tabela 6: População rural residente nos municípios pernambucanos de acordo com a classificação do IDR. ....	43
Tabela A1 do apêndice: Resultado do IDR e dos índices parciais (Através do método da variável reduzida). ....	50
Tabela A2 do apêndice: Classificação dos municípios e nível de desenvolvimento rural. .....	54

## **Lista de abreviaturas e siglas**

**IDR** – Índice de Desenvolvimento Rural

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**CONDEPE/FIDEM** - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPOP** – Índice de população

**IBES** – Índice de Bem-estar

**IECO** – Índice econômico

**IMA** – Índice de Meio ambiente

## Sumário

1.	Introdução. ....	12
2.	Breve discussão sobre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Rural. ....	14
	2.1. Desenvolvimento Econômico. ....	14
	2.2. O conceito de desenvolvimento rural. ....	18
3.	Descrição dos dados e metodologia utilizados.....	28
4.	Resultados. ....	36
5.	Considerações finais. ....	45
	Referências.....	47
	Anexos.....	50

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é sempre desejável e o seu significado está relacionado com eficiência e bem estar. O desenvolvimento social, por exemplo, é responsável por melhores condições de vida das pessoas, enquanto que o ambiental está relacionado com um melhor ambiente para se viver.

Em se tratando de desenvolvimento rural, verifica-se que está relacionado com melhores condições de vida das comunidades rurais e maior eficiência na atividade agropecuária.

Por muitos anos, o setor rural foi visto como o responsável pelo o desenvolvimento da economia como um todo, mas, com o processo de industrialização, o foco foi transferido para as áreas urbanas. Segundo Abramovay (2000), com o processo de industrialização, o desenvolvimento passou a ser associado às atividades ligadas ao setor urbano, enquanto o setor rural estaria em uma posição contrária, visto como atrasado e responsável pelas atividades primárias.

Nas últimas décadas se verificou que o meio rural brasileiro passou por importantes transformações por meio do “transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (SILVA, 1997, p. 43 e 45). A urbanização do campo se dá com o surgimento de novas atividades, com o aumento de ocupações não-agrícolas, a pluriatividade, além da modernização do campo, a melhora da infraestrutura, o surgimento de indústrias no campo e o aprimoramento dos meios de comunicação.

Tais transformações afetou também o setor agrícola que deixou de ser caracterizado como um setor autárquico e se integra ao restante da economia. A agricultura, que antes possuía seu próprio mercado de trabalho e era subsistente, torna-se consumidora e fornecedora de outros setores. Essa maior integração torna possível o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais (SILVA, 1997).

O desenvolvimento é um tema complexo e quase sempre de difícil mensuração. Atualmente, o Índice de Desenvolvimento Humano é uma forma de medida que complementa a análise feita através do PIB *per capita*. O desenvolvimento envolve questões políticas, sociais, culturais e econômicas, caracterizando-o como um tema amplo de estudo, que necessita de simplificações e decomposições (KAGEYAMA, 2004).

Entretanto, é sempre importante a sua mensuração para efeito de políticas. Um bom diagnóstico acerca do tema pode fomentar políticas públicas que minorem desigualdades e estimule investimentos em setores deficitários.

O objetivo deste trabalho é medir o nível de desenvolvimento rural dos municípios pernambucanos a partir do índice de desenvolvimento rural (IDR). O referido índice permite que se tenha uma medida multidimensional do estágio de desenvolvimento rural dos municípios.

Conforme se mostrará com detalhes em seguida, o IDR foi proposto por Kageyama (2004) que criou o índice e o utilizou para os municípios do Estado de São Paulo.

O trabalho divide-se em outros quatro capítulos além desta introdução. No segundo capítulo são feitas considerações sobre o desenvolvimento econômico através da visão de algumas correntes de pensamento, além de uma breve revisão sobre o conceito de desenvolvimento rural, destacando algumas medidas e limitações desse desenvolvimento. O capítulo três descreve os dados e a metodologia utilizados. O quarto capítulo apresenta os resultados encontrados através do modelo proposto. Enquanto que no último capítulo são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

## **2. BREVE DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

É importante entender o real significado do termo desenvolvimento e a sua complexidade. Na literatura existem algumas divergências com relação às definições de desenvolvimento econômico. Segundo Veiga (2005) existe três visões sobre desenvolvimento: onde a primeira delas trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento; a segunda acredita que o desenvolvimento é vista como um mito; e, a terceira aborda o tema de uma forma mais ampla. Esse capítulo tratará, de forma sucinta, essas correntes de pensamento.

Em seguida serão feitas considerações sobre desenvolvimento rural. Serão feitas considerações sobre seu conceito, diferenciando desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural.

### **2.1 Desenvolvimento econômico**

É comum encontrar autores que tratam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico onde tal argumento, em geral, tem a vantagem da simplificação de um significado complexo. Essa igualdade facilita o processo de mensuração do desenvolvimento através dos vários estudos sobre o crescimento econômico, bastando, apenas, acompanhar a variação de alguns indicadores tradicionais como o Produto Interno Bruto *per capita*. (VEIGA, 2005)

Até o início da década de sessenta não havia muita necessidade de separar crescimento econômico de desenvolvimento, como esclarece Veiga (2005). Nesse período, as poucas nações que eram desenvolvidas alcançaram esse patamar ficando ricas através do processo de industrialização, enquanto, os países considerados subdesenvolvidos eram os pobres em que o processo de industrialização não havia iniciado ou era embrionário. Entretanto, com o forte crescimento econômico ocorrido na década de 1950, houve um acaloramento do debate internacional sobre o sentido do termo “desenvolvimento”, pois o aumento da riqueza em países semi-industrializados, entre eles o Brasil, não se refletiu em

melhoras significativas para a população. Os pobres desses países não conseguiram desfrutar de um maior acesso aos bens materiais e culturais, diferentemente da população dos países considerados desenvolvidos. Portanto, o aumento da riqueza não acompanhada de melhoras sociais, durante o crescimento econômico da década de 1950, contestava a ideia de que o crescimento econômico gera o desenvolvimento.

Um fator fundamental para a mudança de pensamento sobre o desenvolvimento foi a divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tratando-se de um índice que não se resumia à renda *per capita* (VEIGA, 2005).

Entretanto, alguns teóricos continuam defendendo a utilização do rendimento *per capita* como forma de mensurar o desenvolvimento, dentre eles, destaca-se Bresser-Pereira (2006). Segundo este autor, para haver desenvolvimento é necessário um crescimento da renda por habitante. Mesmo ciente das críticas sobre essa forma de medida, acredita que não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam.

Outra visão é a de Schumpeter. Em sua perspectiva, o crescimento seria apenas o aumento da renda *per capita*, enquanto o desenvolvimento seria responsável por mudanças sociais e políticas.

Com relação à perspectiva Schumpeteriana, Bresser-Pereira (2008, p.3) escreve:

Embora tenha sido essa uma forma inteligente e sutil que o grande economista usou para se desvincular parcialmente do pensamento neoclássico, ela não faz sentido do ponto de vista histórico. No caso dos países com recursos naturais abundantes, pode ocorrer crescimento da renda por habitante sem que haja desenvolvimento, mas esta é uma situação histórica particular. Distinguir crescimento de desenvolvimento só faria sentido a partir de uma perspectiva que supusesse freqüente ou normal o aumento da renda *per capita* sem mudanças profundas na sociedade. Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura, e das próprias estruturas básicas da sociedade.

Por tanto, seja para simplificar a medição do desenvolvimento ou por acreditar que este está realmente associado ao crescimento, que alguns teóricos tratam os dois termos como sinônimos.

Outro grupo de teóricos encara o desenvolvimento como um mito, uma ilusão ou manipulação ideológica. No Brasil, pode-se destacar a teoria de Celso Furtado, que escreve a ideia do desenvolvimento econômico como um mito que serviu para direcionar a atenção das pessoas para objetivos mais abstratos como os investimentos e as exportações; desviando das necessidades essenciais da coletividade (VEIGA, 2005).

Para Furtado, o mito exerce grande influência sobre os homens que buscam compreender a realidade social, mas, segundo o autor, o mito une hipóteses que não podem ser testadas e o desenvolvimento econômico seria um exemplo da atuação do mito nas ciências sociais (FURTADO, 1974 *Apud* VEIGA, 2005).

O pesquisador Gilbert Rist (RIST, 1990, p.11 *apud* CAVALCANTI, 2002, p. 76) descreve da seguinte forma sobre os mitos:

O mito é compartilhado por todos, não é nunca desafiado, e é um plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias: por implicação, o mito é também histórico, resultado de uma criação coletiva a que a sociedade, não conscientemente, dá forma. Finalmente, o mito como tal não se relativiza: trata-se de um estereótipo não falado, que determina comportamentos a todo momento, expressando-se a si próprio através de costumes e hábitos que contribuem para reforçá-lo, podendo ser descoberto apenas por um observador extremo. O mito é um mapa para a ação que dispensa reflexões. É suficiente que ele seja uma crença compartilhada. Nós agimos como agimos porque não conseguimos imaginar-nos atuando de outra forma.

O livro “O mito do Desenvolvimento” de Celso Furtado foi publicado em 1974. Nessa ocasião, o Brasil passava pelo período conhecido como “milagre econômico”. As taxas do Produto Interno Bruto real eram bem maiores do que em outros períodos da história brasileira. Em 1970 a taxa foi de 10,4%, em 1971 alcançou 11,3%, 12,1% em 1972 e 14,0% em 1973. No ano da publicação atingiu 9,0%. Mesmo nesse contexto de crescimento diferenciado, Furtado (1974) escreveu que era necessário uma visão mais consistente da realidade, afirmando que esse período não passava de uma “miragem”. Ou seja, nem toda taxa de crescimento pode ter continuidade se não for sustentável, durável e realizável. Essa visão de Celso Furtado, em pleno “milagre econômico”, era vista como um absurdo por aqueles que acreditavam nos bons números alcançados pela economia (CAVALCANTI, 2002, p. 73 e 74).

Furtado (1974) acrescenta que a redução do abismo social entre as economias do “centro” e as economias “periféricas” não era possível. De acordo com a observação dos anos sessenta e setenta, o processo de acumulação tendia a distanciar os países centrais, que

possuíam um crescimento homogêneo, dos países periféricos, que possuíam um distanciamento entre uma minoria privilegiada de uma massa da população desfavorecida. Para o autor, não haveria como expandir os padrões de consumo dos ricos para as demais nações, por causa da exclusão que o próprio processo de desenvolvimento gera, além da dificuldade criada pelo aumento demográfico dos países pobres (CAVALCANTI, 2002).

Sendo assim, a visão de Celso Furtado trata o desenvolvimento como algo fantasioso e inalcançável devido ao um sistema que destrói os recursos naturais e que intensifica as desigualdades de renda.

A teoria mais ampla do desenvolvimento foi chamada por Veiga (2005) como o “caminho do meio”. Essa forma de pensamento não reduz o desenvolvimento ao crescimento e, nem tão pouco, duvida da capacidade de se alcançar o desenvolvimento.

O autor que melhor descreve a mudança na forma de entender o desenvolvimento foi o indiano Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*. Para ele, o desenvolvimento promove a liberdade, ou seja, ele remove as fontes de privação do ser humano, como por exemplo: a fome, a tirania, a falta de oportunidade econômica, a precariedade dos serviços públicos e os Estados opressores. (SEN, 2000)

Amartya Sen (2000) descreve como a ampliação das liberdades diverge das visões que limitam o desenvolvimento ao crescimento. As liberdades vão além das visões mais restritivas por estarem associadas às condições sociais, econômicas e dos direitos civis. O autor entende que o crescimento do PNB, o aumento das rendas individuais e o avanço tecnológico são instrumentos importantes para a ampliação das liberdades dos indivíduos, mas não são aspectos suficientes. A ampliação das liberdades é o resultado do desenvolvimento.

Contudo, para Sen (2000, p. 25 e 26), “As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais.” Ele destaca a relação existente entre as diferentes liberdades: As liberdades políticas ajudam a promover a segurança econômica. As oportunidades sociais facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (oportunidade de participação na produção e no comércio) contribuem na geração de melhoria individual e recursos para o governo utilizar em serviços sociais. Ou seja, os diferentes tipos de liberdade podem se fortalecer mutuamente.

Existem diversas formas de privação de liberdade, que impedem o desenvolvimento. É possível observar em todo o mundo, regiões ou países em que as pessoas são vítimas da privação de liberdade. Ainda é comum encontrar regiões afetadas por fomes coletivas, onde a liberdade mais básica, a de sobreviver, lhes é tolhida. Mesmos em países mais estruturados, há muitas pessoas que não possuem acesso a serviços de saúde, educação e garantias trabalhistas. (SEN, 2000)

Assim, é possível observar a diferença dessa visão mais ampla do desenvolvimento, com relação às teorias abordadas anteriormente. A teoria, apresentada por Amartya Sen, considera as liberdades dos indivíduos os elementos básicos para o desenvolvimento, ou seja, o êxito de uma sociedade vai depender da liberdade desfrutada pelos indivíduos que a constituem.

## **2.2. O conceito de desenvolvimento rural**

É sabido que o conceito de desenvolvimento rural é bastante abrangente e as vezes se confunde com outros conceitos. Navarro (2001) apresenta algumas dessas diferenças conceituais. Ele inicia definindo o *desenvolvimento agrícola*. Essa expressão está relacionada exclusivamente às condições da produção agrícola e agropecuária, referindo-se apenas à questão material da produção, como por exemplo: área plantada, produtividade e o uso do trabalhador como fator de produção.

O segundo termo descrito por Navarro (2001) é *desenvolvimento agrário*. O autor o define da seguinte forma:

Normalmente, tal expressão refere-se a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. Quase sempre “meta-narrativas”, estudam as mudanças sociais e econômicas no longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos teóricos entre países e regiões. Sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos. (NAVARRO, 2001, p. 86)

Em seguida, o autor traz a definição de *desenvolvimento rural*. Essa expressão difere das anteriores, pois propõe mudanças em um ambiente rural específico, através de ações previamente articuladas. Essas ações são, basicamente, propostas pelo Estado Nacional, por causa da sua legitimidade de colocar em prática políticas ou mecanismos com o intuito de promover mudanças sociais. As ações sugeridas, ou até mesmo impostas, variam no tempo de acordo com as estratégias e metodologias adotadas. Essas mudanças, nas propostas e prioridades das ações, acabam alterando a definição de desenvolvimento rural, como afirma Navarro (2001). O conceito de desenvolvimento rural, ao longo do tempo, sofre alterações influenciadas por mudanças de conjuntura e pelo desenvolvimento econômico mais geral, que impõem novos rumos e padrões para as famílias e atividades rurais.

Outros autores também tratam da questão conceitual do desenvolvimento rural. Schneider (2004) esclarece que as mudanças sociais e a reestruturação econômica e institucional no espaço rural dos últimos anos têm contribuído para que os especialistas repensem as abordagens e os enfoques utilizados para definir o desenvolvimento rural. Essa nova perspectiva enfatiza alguns aspectos fundamentais, como: A erradicação da pobreza rural, a atuação dos indivíduos e sua participação política, a importância da sustentabilidade ambiental.

No texto “A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas”, Schneider (2004) apresenta a visão de dois autores internacionais que oferecem grande contribuição na redefinição de desenvolvimento rural. O primeiro é o inglês Frank Ellis, que propõe uma abordagem de desenvolvimento rural mais voltada para os países em desenvolvimento. Ellis define desenvolvimento rural como o conjunto de ações e medidas que buscam reduzir a pobreza em áreas rurais, estimulando um processo de maior participação dos habitantes rurais, tornando-os capazes de decidir sobre as prioridades e importância das mudanças no setor rural (ELLIS, 2000 e 2001 *Apud*. SCHNEIDER, 2004).

Segundo o holandês Jan Douwe Der Ploeg, a sua teoria apresenta alguns pontos semelhantes aos sugeridos por Ellis, entretanto, ela é mais voltada para os países desenvolvidos. Para Ploeg, a noção de desenvolvimento rural surge dos debates e disputadas sociais e políticas; caracterizado como um processo de múltiplos níveis, fundamentado na tradição histórica. (PLOEG *et al*, 2000, p. 391 *apud* SCHNEIDER, 2004, p.8)

Schneider ainda descreve da seguinte forma a visão de Ploeg et al. Sobre o desenvolvimento rural:

Segundo Ploeg et al. (2000, p. 395), o desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. Em síntese, como dispositivo heurístico, o desenvolvimento rural representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução. (SCHNEIDER, 2004, p. 9)

Um autor brasileiro que contribui na tentativa de definir o desenvolvimento rural é José Eli da Veiga. Esse autor focaliza mais as dimensões territoriais e ambientais do desenvolvimento rural. (SCHNEIDER, 2004)

Na concepção de Veiga, o desenvolvimento rural, como um fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano, não existe. Para o autor, como “o desenvolvimento” é um tema complexo que envolve diversos segmentos e variáveis, muitas vezes se faz necessário, para simplificar, estudar separadamente as vertentes que o compõe. Como por exemplo: o “desenvolvimento econômico” ou o “lado rural do desenvolvimento”. (VEIGA, 2000 *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 380)

Com relação ao dinamismo do setor rural, Veiga (2001) acredita que para gerar empregos e aumentar o interesse das empresas por áreas onde predomina a agricultura familiar é necessário que haja, nessas áreas, o mínimo de comunicação e de prestação de serviços para atrair os empreendedores. Dessa forma, é importante diagnosticar os problemas rurais e tentar solucioná-los.

Nesse processo, o governo tem um papel significativo, pois um arranjo institucional ajuda os municípios a detectar os problemas rurais de suas micro-regiões, além de elaborar ações de desenvolvimento integrado e conseguir recursos suficientes para colocar em práticas essas ações. Os governos federais e estaduais assumiriam o papel de encorajadores dos municípios rurais, incentivando a associação entres os municípios, valorizando o território por eles dividido, impulsionando o surgimento de atividades que no futuro possam se autofinanciar. (VEIGA, 2001)

Veiga (2001) também destaca a importância da economia rural no desenvolvimento do Brasil. Ele discorda das teorias que colocam o Brasil como um país superurbanizado, pois acredita que a distinção entre urbano e rural feita através do “grau de urbanização<sup>1</sup>” não leva em consideração características geográficas importantes, como por exemplo, a densidade demográfica, que seria “um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades, que as distingue dos níveis de rarefação que caracterizam o campo”.

Esse autor faz questão de enfatizar que o setor rural brasileiro não está restrito apenas à agropecuária, mas que há uma presença importante dos setores secundário e terciário. Segundo ele, ainda existem muitos intelectuais que possuem dificuldade em entender o quanto o setor rural é abrangente, pois pesquisas já apontam que a renda das atividades primárias já foi superada pela renda dos outros dois setores (VEIGA, 2001)

Através das visões apresentadas, pode-se concluir que o desenvolvimento rural é um tema amplo, que não está apenas associado à agricultura e à produção agrícola. Entretanto, por muito tempo, o rural, devido às definições utilizadas, foi visto como um setor precário, carente de serviços e com ausência de cidadania. O processo de industrialização acabou por associar desenvolvimento com o crescimento das áreas urbanas e, assim, o conceito de urbano passa a ser considerado como oposto ao conceito de rural. (ABRAMOVAY, 2000) O urbano passa a ser considerado como o propulsor do dinamismo da economia, através das atividades industriais, enquanto, o setor rural ficou caracterizado como o setor produtor de bens primários, que gerava níveis de renda menores do que os conseguidos pelas populações urbanas. (CORTÊS, 2008)

O fortalecimento das forças capitalistas, em detrimento das atividades feudais, serve para explicar a dicotomia entre urbano e rural. Os autores clássicos (Max e Weber por exemplo) utilizavam o corte urbano/rural para enfatizar as divergências da sociedade da época, representando o declínio do feudalismo e a ascensão das forças capitalistas. A dicotomia urbano-rural não representava necessariamente um corte geográfico, mas tratava das classes sociais que contribuíram para o fortalecimento do capitalismo. É a partir desse momento que o “urbano” passou a representar o “novo”, o progresso trazido pelas fábricas,

---

<sup>1</sup> Grau de urbanização: corresponde à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer consideração sobre suas características geográficas. (VEIGA, 2001,p.1)

enquanto, o “rural” (a classe rural vigente) passou a ser visto como o “velho”, o setor que impedia o progresso social (SILVA, 1997).

Até o período da revolução industrial, o motor da economia era o meio rural e as cidades surgiram como um apêndice desse setor, ou seja, existia uma relação de dependência urbana com o dinamismo econômico impresso pelo campo, entretanto, com o tempo, essa relação de dependência se inverteu, e as cidades passam a ser “donas de tudo”, enquanto o campo assume o papel de “verdadeiro servo e subordinado”. A cidade torna-se o setor com características capazes de promover à inovação (DUBY, 1973; WANDERLEY, 2000 *apud*. FAVARETO, 2007).

Sobre essa mudança do papel da cidade ao longo do tempo, Favareto (2007, p. 168) escreve que as cidades vão gradativamente se tornando no lugar da concentração de renda, da adequação entre oferta e demanda da mão-de-obra e da monetarização. De acordo com o autor, a visão sobre a importância das cidades vai se alterando no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX. No século XVIII, as cidades são associadas à riqueza e ao luxo. No século XIX, à mobilidade e à formação das massas. E, no século XX, continua com a ideia de mobilidade e progresso, “mas agora em situações de estranhamento típicas dos grandes e massificados ambientes urbanos”.

Entretanto, nas últimas décadas essa concepção de urbano e rural tem se alterado. O setor rural tem passado por muitas transformações tornando mais difícil a tarefa de delimitar o que é rural e o que é urbano. Segundo Silva (1997), do ponto de vista espacial, o rural deve ser compreendido como continuidade do urbano; já no sentido da organização da atividade econômica, as cidades não podem ser vistas simplesmente através da atividade industrial, assim como os campos não podem ser identificados apenas pelas atividades da agricultura e da pecuária.

O meio rural passou por um processo de urbanização promovido pela industrialização da agricultura e pela expansão do setor urbano no espaço que antes era caracterizado como rural. Com essa transformação, a agricultura, que possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, passa a se integrar ao restante da economia deixando de ser um setor produtivo relativamente autárquico (SILVA, 1997).

A visão de que o urbano e o rural são polos extremos começa perder força e os elementos que eram utilizados para defini-los também vão se alterando. Kageyama(2004)

destaca, de acordo com a explicação de Baptista(2001), que o meio rural se transforma de forma significativa, destacando algumas mudanças importantes: As grandes propriedades perdem espaço para outras formas de produção, a utilização da tecnologia moderniza a agricultura e a população rural começa a trabalhar nas proximidades das cidades. Outro fator de extrema importância foi a chegada da indústria no meio rural, o que proporcionou uma minoração das diferenças culturais existentes entre campo e cidade. O rural passa a atrair o interesse do setor urbano. O espaço rural começa a ser procurado por aqueles que desejam consumir os seus produtos e desfrutar das atividades do campo. O mercado já não pode fazer a simplificação de cidade industrial e campo agrícola, pois há uma interligação entre os setores e entre as atividades econômicas (BAPTISTA, 2001 *apud* KAGEYAMA, 2004).

Segundo Kageyama(2004), as definições de rural são inesgotáveis, mas que há consenso com relação a alguns aspectos. Para a autora, é possível concluir que o rural não se restringe ao agrícola, ou seja, esses termos não podem ser tratados como sinônimos; observa-se que o rural é “multissetorial” (com pluriatividade) e “multifuncional” (envolve funções produtiva, ambiental, ecológica, social); também conclui que as áreas rurais possuem densidade populacional baixa, comparada com as áreas urbanas e, por fim, conclui que “não há um isolamento total entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural, as cidades e as vilas adjacentes.”

A partir da década de 1950, em dois momentos distintos, o setor rural obteve destaque no contexto do desenvolvimento. O primeiro momento abrange o período que vai da década de 50 até o final dos anos 70. Nesse período, a possibilidade de desenvolvimento ganha impulso com a Guerra fria, que colocou em oposição modelos diferentes de sociedade, e com o impacto significativo do crescimento econômico da época, que revolucionou o modo de vida e os comportamentos sociais. Nesse contexto propício para o desenvolvimento, o desenvolvimento rural, como um subtema, tornou-se um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais (NAVARRO, 2001).

Navarro (2001) explica a importância dada ao desenvolvimento rural, no âmbito do desenvolvimento, nas décadas de 1950 a 1970. Nessa época a agricultura desempenhava um papel significativo nas contas nacionais, até mesmo em países desenvolvidos. Durante essas três décadas, os países, que formavam o bloco econômico dos países avançados, possuíam

uma parcela considerável da população ligada à atividade agrícola e ainda morando em áreas rurais. Se tratando dos países menos avançados, esses números eram ainda maiores.

No Brasil, a noção de desenvolvimento rural também ganha destaque no contexto da época. Nos anos 70, durante os governos militares, medidas foram implementadas, principalmente no Nordeste, com o intuito de alcançar melhorias sociais e econômicas das populações rurais mais pobres. Essas medidas eram regidas pela ótica do desenvolvimento rural, pois, acreditava-se que a evolução do bem-estar da população rural, e da economia como um todo, partia da mudança produtiva da agricultura. A introdução de novas tecnologias na agricultura aumentaria a produção e a produtividade, que acarretaria em um aumento da renda familiar, levando ao desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Esse primeiro período de ênfase do setor rural encerra-se por causa dos resultados insatisfatórios das medidas adotadas em diferentes países, principalmente, as medidas que visavam à redução da pobreza, que pouco se modificou. A diminuição da expansão econômica do pós-guerra e o fortalecimento da visão conservadora dos anos 80, que ficaria conhecida como neoliberalismo, também contribuíram para a retirada do tema “desenvolvimento rural” das discussões da época. O Estado teve seu papel reduzido, dificultando na condução eficaz de suas políticas e medidas. (NAVARRO, 2001)

O segundo momento é o ressurgimento dos debates sobre o desenvolvimento em meados da década de 90. De acordo com Verde (2004), “O Brasil assistiu, a partir dos anos de 1990, ao que poderia se chamar de uma “redescoberta” do rural enquanto categoria de análise passível de intervenções e interações” Novas reflexões e debates sobre as antigas e as novas questões do rural ganharam espaço com o ressurgimento do interesse pelo o tema.

Durante as décadas de 1980 e 1990 a agricultura brasileira passou por um processo de modernização. As políticas Keynesianas do pós-guerra, aliadas a uma maior integração da agricultura com outros setores da economia, contribuíram para um aumento da produtividade agrícola em todo mundo.

Abramovay (2000) descreve algumas medidas e criação de órgãos voltados para o desenvolvimento rural. Segundo ele, em 1996 foram constituídas mais de mil comissões municipais de desenvolvimento rural no interior do país, que auxilia na “formação de dirigentes voltados para o aproveitamento dos recursos locais e regionais”.

[...] conselhos municipais são inovações institucionais e que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado. (ABRMOVAY, 2001 *apud* MOURA, 2002. p.2)

Já em 1997, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) disponibilizou cursos de desenvolvimento local, que não envolvia apenas temas sobre agricultura e política agrícola. Mais de dez mil pessoas passaram por esses cursos. No sentido, a Secretaria de Desenvolvimento rural do Ministério da Agricultura desenvolveu um amplo processo educativo junto aos membros das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural, principalmente na região Sul (ABRAMOVAY, 2000).

Portanto, o desenvolvimento rural trata da melhoria das condições estruturais e sociais do homem do campo. O acesso aos serviços de saúde, educação, além de saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica são primordiais para a promoção do desenvolvimento rural.

Assim como os demais setores da economia, o meio rural depende da evolução de algumas variáveis que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Accarini (1987) enumera os seguintes fatores, que integram o processo de desenvolvimento rural: Acesso aos serviços de saúde; educação; higiene; renda real *per capita* do homem do campo; além, do crescimento da produção e da produtividade. Nesse processo, o governo pode exercer um importante papel na formulação e aplicação de políticas, que ajudarão na melhoria da realidade sócio-econômica do setor rural e contribuir para uma utilização mais eficiente dos fatores de produção e o uso de tecnologias na produção e na comercialização (ACCARINI, 1987).

Os instrumentos adotados pelo governo podem ajudar a superar ou minimizar os problemas que são característicos do setor rural, mas esses instrumentos possuem diferentes prazos para se obter resultados; alguns possuem perspectiva de longo prazo e outros alcançam seus objetivos mais rapidamente. Dessa forma, os instrumentos deverão ser escolhidos e colocados em prática de acordo com o tempo no qual se deseja alcançar os resultados (ACCARINI, 1987).

Accarini (1987) descreve algumas variáveis que possuem importância fundamental para o desenvolvimento rural. Ele inicia destacando a terra e o trabalho como a base das

atividades tipicamente rurais. Esses dois fatores devem estar em equilíbrio, pois, quando há excesso do número de não-proprietários ou terras ociosas, mas que são potencialmente produtivas, esse equilíbrio não se mantém gerando conflitos e atitudes radicais entre as classes, ocasionando o surgimento de tensões sociais. A atuação do governo pode ser essencial para minimizar esses conflitos, através de mecanismos que proporcionem uma melhor utilização das terras agricultáveis.

Outros dois fatores importantes são a pesquisa e a experimentação. Para Accarini (1987) esses instrumentos “são indispensáveis para promover o desenvolvimento rural”. A pesquisa é responsável por gerar novos conhecimentos na busca pela inovação, que serão úteis para modernizar as atividades rurais e reduzir os custos de produção. Já a experimentação se dedica a testar as inovações para saber seu desempenho em diferentes situações no campo. Dependendo das inovações aplicadas, a modernização agrícola pode aumentar a produtividade da mão-de-obra e a produtividade da terra. Por exemplo, o uso de máquinas mais modernas colabora no aumento da eficiência da mão-de-obra, enquanto, a utilização de sementes mais produtivas, fertilizantes mais apropriados e novos métodos de preparo do solo propiciam o aumento da produtividade da terra. A inovação tecnológica no setor rural ajuda a reduzir os riscos bioclimáticos, minimizando o impacto de fatores adversos mais previsíveis, que prejudicam enormemente a produção rural.

Um instrumento essencial, que deve ser levado em consideração, é a assistência técnica. A assistência de especialistas orienta os produtores rurais quanto ao uso correto das tecnologias e apresentando, a esses produtores, novas tecnologias, que ajudam a produzir de uma forma mais eficiente e com menores custos. (ACCARINI, 1987)

Além desses instrumentos que ajudam na promoção do desenvolvimento rural, outro que merece destaque é o crédito rural. Ele propicia um nível mais elevado de eficiência nas atividades rurais. Esse crédito permite ao produtor colocar em prática atividades em seu empreendimento rural que antes não eram possíveis por falta de recursos. O crédito pode ser destinado para três finalidades básicas: investimento, custeio e comercialização. O crédito de investimento é utilizado para a aquisição de terras, máquinas, animais de trabalho, obras de irrigação, formação de pastagens e outros itens que são necessários em um empreendimento rural. Já o crédito de custeio é útil para cobrir os custos com fertilizantes, sementes, mão-de-obra, vacinas e outros itens que constituem o capital variável. O crédito de comercialização

possui uma grande importância estratégica, pois com ele o produtor pode liquidar os financiamentos de custeio, amortizar parcelas do crédito de investimento, além de saldar outras dívidas e, assim, esperar o melhor momento para vender o excedente de sua produção (ACCARINI, 1987).

Cardoso (1983) explica a importância do crédito através da poupança insuficiente gerada na exploração agrícola. Normalmente, as unidades de exploração agrícola, principalmente em países em desenvolvimento, possuem rendas baixas, que dificultam o processo de investimento. Com a necessidade de acréscimos no investimento, o crédito rural torna-se um meio para suprir a carência da poupança rural.

Outros fatores também são passíveis de atuação do Governo visando a melhoria das condições do produtor e de sua família, reduzindo as limitações e entraves que retardam o desenvolvimento rural. Educação, treinamento, cooperativismo rural e programas de habitação rural são alguns exemplos

### 3 DESCRIÇÃO DOS DADOS E METODOLOGIA UTILIZADA

Neste capítulo são apresentados os dados utilizados e a metodologia empregada para se alcançar os objetivos estabelecidos.

Foram utilizados dados do Censo demográfico 2000, Censo demográfico 2010, Censo agropecuário 2006; disponibilizados através do banco de metadados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dados divulgados pelo CONDEPE/FIDEM e Ministério do Trabalho e do Emprego. As principais informações utilizadas para a construção dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) foram: densidade demográfica, população rural, número de domicílios rurais, número de estabelecimentos rurais, saneamento, migração, alfabetizados, estabelecimentos rurais com computadores, estabelecimentos rurais com televisão e antena parabólica, coleta de lixo, abastecimento de água, energia elétrica, renda per capita rural, orientação técnica na produção, mata para preservação ambiental, emprego rural formal.

Os dados pesquisados são correspondentes aos municípios do Estado de Pernambuco. Entretanto, por se tratar de uma análise a nível municipal com ênfase no setor rural, há uma enorme dificuldade de obter dados suficientes para todos os municípios. Por esse motivo, alguns municípios pernambucanos tiveram que ser retirados da análise. Das 184 cidades pernambucanas, três tiveram de ser excluídas, são elas: Camaragibe, Paulista e Recife. A falta de dados suficientes sobre a população rural inviabilizou a permanência desses municípios no cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural.

Outras variáveis poderiam contribuir significativamente para a análise, como por exemplo, pluriatividade, produtividade e outras variáveis de educação e migração, mas, infelizmente, muitas delas não são disponibilizadas a nível municipal e rural; e algumas não haviam sido divulgadas pelo IBGE até a conclusão da pesquisa (dados do Censo 2010).

Com a finalidade de medir e comparar o nível do desenvolvimento rural dos municípios do estado de Pernambuco foi aplicado um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) utilizando como base o índice proposto por Kageyama (2004) para os municípios de São Paulo.

Kageyama (2004) destaca o Programa de Desenvolvimento Rural elaborado pela OCDE em 1991. Esse programa propôs três etapas essenciais para a geração de indicadores de desenvolvimento rural.

Primeiro, estabeleceu um esquema territorial para a coleta de dados em nível subnacional nos diversos países-membros, que permitiu classificar as regiões em três tipos: predominantemente rurais, predominantemente urbanizadas e significativamente rurais. O indicador básico que define as unidades territoriais rurais e urbanas e permite classificar as regiões é a densidade populacional. Em seguida, é definido um conjunto de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais. Finalmente, são produzidas as séries estatísticas que permitem comparar e analisar as tendências do desenvolvimento rural. (OCDE, 1996 Apud. KAGEYAMA, 2004, p.13)

Por entender que o desenvolvimento do setor rural é um tema amplo e complexo, que vai além do crescimento econômico, utilizou-se, na construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) das cidades pernambucanas, um conjunto de indicadores divididos em demográficos, econômicos, sociais e ambientais, de acordo com a proposta do programa de desenvolvimento rural da OCDE.

A tabela 1 traz um conjunto de indicadores que pode ser utilizado para descrever o desenvolvimento rural:

**Tabela 1 - Conjunto de indicadores básicos por quatro preocupações principais de desenvolvimento**

<b>População e migração</b>	<b>Bem-estar social e equidade</b>
Densidade	Renda
Varição	Habitação
Estrutura	Educação
Domicílios	Saúde
Comunidades	Segurança
<b>Estrutura e desempenho econômico</b>	<b>Meio ambiente e sustentabilidade</b>
Força de trabalho	Topografia e clima
Emprego	Mudanças no uso da terra
Participações setoriais	Espécies e habitats
Produtividade	Água e solo
Investimentos	Qualidade do ar

Fonte: OCDE – (1996) Apud Bryden – (2002) Tradução nossa.

Conseguir as informações para construir todos esses indicadores não é fácil. Segundo Kageyama (2004), esse quadro de indicadores da OCDE “pode servir de inspiração para propor medidas factíveis que levem em conta pelo menos alguns aspectos mais importantes contidos na ideia de desenvolvimento rural.” De acordo com Bryden (2002), esse quadro representa as quatro preocupações principais de desenvolvimento relevante para as áreas rurais.

Portanto, com base nos indicadores propostos pelo Serviço de Desenvolvimento Territorial da OCDE (1996) e no modelo utilizado por Kageyama (2004), foram escolhidos os indicadores e o modelo utilizados para a análise do desenvolvimento rural dos municípios pernambucanos.

Para construir o IDR foram calculados quatro índices parciais, que representam os quatro aspectos fundamentais para a análise do desenvolvimento rural, descritos anteriormente. Cada índice parcial é composto pela média aritmética de indicadores simples, enquanto, o IDR é a média aritmética dos quatro índices parciais.

A seguir, na Tabela 2, são apresentados os indicadores utilizados no IDR, subdivididos pelos índices parciais.

**Tabela 2 - Indicadores utilizados no IDR, por índice parcial**

<b>Índices Parciais</b>	<b>Indicadores Simples</b>
<b>População e migração</b>	Densidade demográfica; Variação da população rural entre 2000 e 2010; % de população rural em 2010; e, Pessoas não naturais da Unidade da Federação por município.
<b>Bem-estar social</b>	Saneamento semi-adequado; Domicilio rurais com computador; Domicílios rurais com televisão e parabólica; Alfabetizados rurais; Domicílios rurais com coleta de lixo, abastecimento de água e energia elétrica; e, Estabelecimentos agropecuários com proprietário com 2º grau.
<b>Economia</b>	Renda <i>per capita</i> rural; Variação do PIB agrícola (2008 - 2009); e, Porcentagem da contribuição do setor agropecuário no PIB
<b>Meio Ambiente</b>	Mata para preservação ambiental; Plantio em nível; Orientação técnica regular; e, Queimadas.

Elaboração própria

O Índice de Desenvolvimento Rural é estruturado da seguinte forma:

$$\mathbf{IDR} = (\mathbf{IPOP} + \mathbf{IBES} + \mathbf{IECO} + \mathbf{IMA})/4 \quad (1)$$

1) Índice de população (IPOP)

$$\mathbf{IPOP} = (\mathbf{densid} + \mathbf{vrural} + \mathbf{proprural} + \mathbf{pmigr})/4 \quad (2)$$

$\mathbf{densid}$  = Densidade demográfica do município padronizada<sup>2</sup>

$\mathbf{vrural}$  = Variação percentual da população rural do município entre os anos de 2000 e 2010;

$\mathbf{proprural}$  = Proporção da população rural do município;

$\mathbf{pmigr}$  = Pessoas não naturais da Unidade da Federação com menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação, por município (padronizado).

De acordo com Kageyama(2004), “os componentes do índice de população procuram medir o dinamismo populacional que deveria favorecer o desenvolvimento rural”, ou seja, quando há uma densidade demográfica maior, as áreas rurais ficam menos isoladas, que acaba favorecendo para o estabelecimento de redes sócias entre os setores.

Com relação à população rural, quanto maior for essa população e seu crescimento na década, maior a capacidade do setor rural em absorver população. Uma proporção maior de migrantes, vindos de outros estados, indica que o município analisado exerce um poder maior de atração para a região. (KAGEYAMA, 2004, P.394)

Sendo assim, o índice de população inclui variáveis referentes ao município como um todo, pois ele busca capturar a influência e a ligação do setor urbano no setor rural.

---

<sup>2</sup> A padronização consiste em fazer uma transformação algébrica para que o índice varie no intervalo de zero a um. Essa transformação é o quociente (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo).

## 2) Índice de bem-estar social (IBES):

$$\text{IBES} = (\text{propsan} + \text{propcomp} + \text{proptv} + \text{propalfab} + \text{proplae} + \text{pro2ºgrau})/6 \quad (3)$$

propsan = Proporção dos domicílios particulares rurais com saneamento semi-adequado;

propcomp = Proporção dos estabelecimentos rurais com computador;

proptv = Proporção dos estabelecimentos rurais com televisão e antena parabólica;

propalfab = Proporção da população residente rural alfabetizada

proplae = Proporção dos domicílios particulares rurais que possuem alguma forma de coleta de lixo, algum tipo de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica;

pro2ºgrau = Proporção dos estabelecimentos rurais em que o proprietário possui ensino médio ou segundo grau completo

O IBES está relacionado apenas ao bem-estar rural. Para a construção desse índice parcial foram utilizados dados do Censo Agropecuário 2006, disponibilizados pelo IBGE. Esse índice pode ter mais de uma formação, com diferentes indicadores; mas, nessa análise, de acordo com os dados disponíveis, tentou-se utilizar os que se adequam mais a realidade do setor rural do estado de Pernambuco. Provavelmente, para a construção do IBES em uma região mais rica, seriam utilizados outros dados que representassem melhor o setor rural dessa região.

O primeiro indicador do IBES está relacionado ao saneamento disponível nos domicílios rurais. Para a construção desse indicador, utilizou-se o saneamento semi-adequado, já que em muitos municípios não foram identificados domicílios com saneamento adequado.

O índice de Bem-estar social (IBES) inclui indicadores referentes à educação, que é extremamente importante no processo de desenvolvimento de qualquer setor. O indicador da proporção da população rural alfabetizada é uma forma de demonstrar a disponibilidade do acesso à educação por parte da população rural, enquanto, o indicador “proporção dos estabelecimentos rurais em que o proprietário tem segundo grau completo” associa o grau de instrução do proprietário à tomada de decisões mais acertadas com relação a técnica de produção e o uso de tecnologias, que são fatores fundamentais no favorecimento do desenvolvimento rural.

### 3) Índice de desempenho econômico (IECO)

$$\mathbf{IECO} = (\text{renda} + \text{trabform} + \text{vPIB} + \text{VAB})/4 \quad (4)$$

renda = Renda *per capita* rural (padronizada);

trabform= Proporção dos trabalhadores formais na agropecuária;

vPIB = Variação do Produto Interno Bruno;

VAB = porcentagem da contribuição do setor agropecuário no PIB;

Segundo Kageyama (2004), esse índice representa o “núcleo duro” do desenvolvimento. O IECO possui alguns indicadores mais conservadores, como renda e variação do PIB, que geralmente são utilizados por aqueles que associam crescimento à desenvolvimento.

### 4) Índice de meio-ambiente (IMA)

$$\mathbf{IMA} = (\text{propreserv} + \text{propnivel} + \text{proporient} - \text{propque})/4 \quad (5)$$

propreserv = Proporção dos estabelecimentos rurais que utilizam terrenos com matas e/ou florestas destinadas a preservação permanente ou reserva legal;

propnivel = Proporção dos estabelecimentos rurais que fazem uso da produção em nível como técnica de produção;

proporient = proporção dos estabelecimentos rurais que possuem orientação técnica;

propque = proporção dos estabelecimentos rurais que fazem uso de queimadas.

O índice de meio-ambiente é o mais complicado do IDR por causa da ausência de dados sobre a qualidade do meio ambiente do setor rural, entretanto, devido a importância das questões ambientais no desenvolvimento, não seria indicado retirar o IMA da composição do IDR, pois acabaria favorecendo as cidades que possuem uma maior crescimento econômico, mas, na maioria das vezes, esse crescimento é acompanhado por um aumento dos problemas ambientais. Kageyama (2004), enfatiza a dificuldade da construção do IMA.

Este é o componente mais problemático do IDR, devido à falta de informações sobre qualidade do meio ambiente no meio rural para todos os municípios. Mas julgou-se preferível introduzir alguma informação, ainda que imperfeita, a deixar o aspecto ambiental totalmente ausente do índice, principalmente porque o mesmo fator que tende a elevar a renda e a produtividade, a modernização químico-mecânica da agricultura, pode contribuir fortemente para a degradação ambiental. Assim, poder-se-ia atribuir alto valor ao índice de desenvolvimento rural em determinada região em função de seu bom desempenho econômico, mas poderia tratar-se de área com péssima qualidade do solo, da água e do ar, tanto para a produção agrícola a longo prazo, como para os moradores da área rural e do município como um todo. (KAGEYAMA, 2004, p.396)

Na composição do IMA optou-se por utilizar a porcentagem dos estabelecimentos rurais que utilizam a técnica de plantio em nível por essa ser uma das técnicas mais simples de conservação do solo em combate à erosão.

O indicador “porcentagem dos estabelecimentos rurais que fazem uso de queimadas” é o único com peso negativo no IDR. As queimadas liberam na atmosfera gás carbônico que é extremamente prejudicial ao meio ambiente, então, quanto maior a

porcentagem de estabelecimentos rurais que utilizam essa técnica, em um determinado município, menor será seu desenvolvimento rural.

O indicador “propreserv” faz uma associação positiva entre áreas destinadas à preservação e o desenvolvimento rural.

O componente “orientação técnica” representa a proteção do meio-ambiente através da utilização de informações de pessoas especializadas sobre as técnicas produtivas mais eficientes, pesticidas menos agressivos, máquinas e equipamentos mais modernos.

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos, através do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), para os municípios pernambucanos. A Tabela 3 mostra as informações das variáveis que fizeram parte da composição dos índices do IDR.

Verifica-se que os 181 municípios pernambucanos estudados apresentam características bem diversas. Nota-se a expressiva dispersão estatística de densidade populacional, que varia de 7,79 (Parnamirim) à 724,9 (Abreu e Lima), com média de 81,71 e desvio-padrão de 103,9.

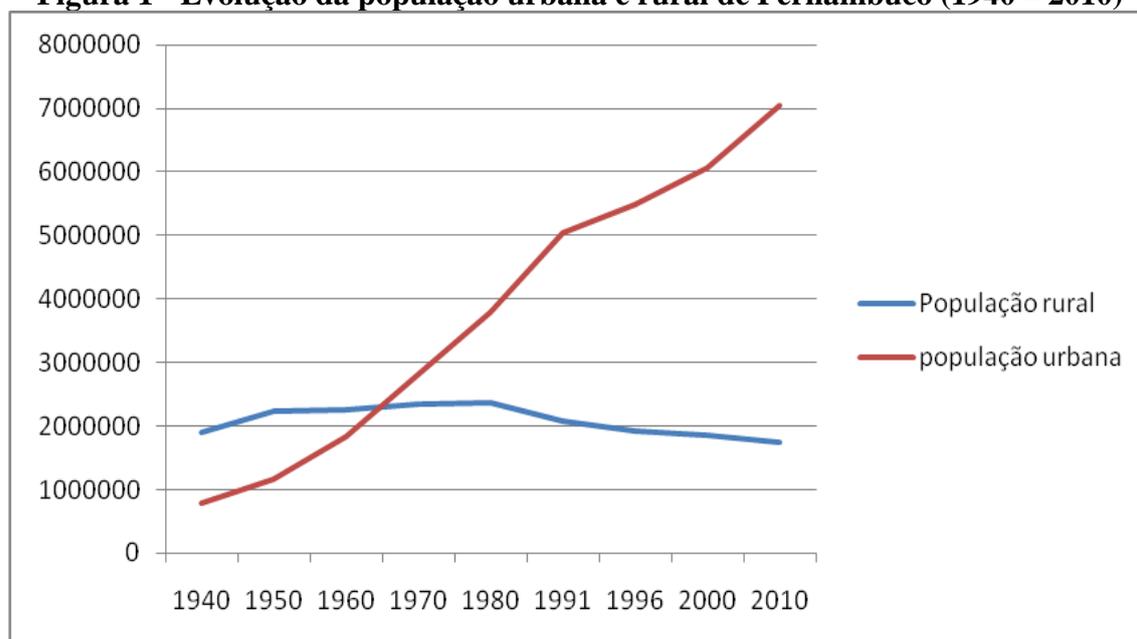
**Tabela 3 - Estatísticas descritivas para os municípios de Pernambuco  
(n= 181 municípios)**

Variáveis	Valor máximo	Valor mínimo	Média	Desvio Padrão
Densidade populacional	724,9	7,79	81,71	103,9
% da população rural	87,6	2	38,4	19,84
Varição pop. Rural (%)	2,73	-0,58	-0,1	0,28
% Migrantes	21,71	0,8	38,4	19,84
% Saneamento semi-adequado	86	3,6	29,9	18,2
% Estabelecimento rural com computador	16,67	0	0,65	1,68
% Estabelecimento rural com televisão com antena parabólica	80,14	0,53	47,68	20,21
% Alfabetizados rurais	77,08	44,66	61,53	5,11
% domicílios com os serviços (coleta de lixo, abastecimento de água e energia elétrica)	80,05	0,07	12,16	18,08
% Estabelecimento em que o produtor possui 2º grau	31,25	0,61	4,04	3,51
Rendimento per capita rural	405	110	181	38,34
% Emprego formal na agropecuária	79,89	0	1,35	11,27
Varição do PIB agropecuário	2,82	-0,5	0,04	0,3
% Contribuição da agropecuária no PIB (VAB)	54,83	0,13	12,93	9,11
% Estabelecimentos rurais com mata para preservação	49,05	0	2,4	6,2
% Estabelecimentos rurais que fazem uso do plantio em nível	94,02	0,91	33,39	19,78
% Estabelecimentos rurais com orientação técnica	36,7	0	1,87	5,28
% Estabelecimentos rurais que fazem uso de queimadas	77,24	0	3,16	11,95

Fonte: IBGE (Censo agropecuário 2006, Censos populacionais 2000 e 2010); CONDEPE/FIDEM e Ministério do Trabalho e Emprego - 2010

Em média, a variação da populacional rural entre 2000 e 2010 é negativa, o que confirma uma tendência das últimas décadas do aumento da população urbana e uma diminuição da população residente em áreas rurais. O gráfico a seguir demonstra essa forte elevação da população urbana e a redução da população rural no estado de Pernambuco.

**Figura 1 - Evolução da população urbana e rural de Pernambuco (1940 – 2010)**



Fonte: IpeaData /IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - 2012

Outra variável que chama atenção é a porcentagem dos estabelecimentos com computador. Em média, apenas 0,65% fazem uso dessa ferramenta em suas atividades. Essa porcentagem é ainda menor quando se leva em consideração o acesso à internet. A cidade com o maior percentual é Olinda com 16,7 % dos estabelecimentos rurais com computador.

As variáveis “orientação técnica” e “proprietários rurais com segundo grau” merecem destaque, pois elas estão relacionadas ao uso mais adequado das técnicas produtivas e dos insumos, que acarretam e uma utilização mais eficiente do solo e, conseqüentemente, a preservação do meio-ambiente. Em Pernambuco ainda é muito baixo o número de estabelecimentos rurais que recebem orientação técnica, em média, 1,87% dos estabelecimentos rurais utilizam esse serviço. O município de Araçoiaba é o que possui o maior percentual de orientação técnica, 36,7%. Com relação a variável “proprietários rurais com segundo grau”, supõe-se que quanto maior for o grau de estudo mais o proprietário está apto a tomar decisões acertadas e possui mais conhecimento sobre novas

técnicas, novas máquinas, que podem ser utilizadas na produção. A cidade com o maior percentual de proprietários rurais com segundo grau é a Ilha de Itamaracá, com 31,25% e a cidade com o pior resultado é Santa Cruz do Capibaribe, com 0,61%.

Um das variáveis mais importantes que compõe o índice de meio-ambiente é a porcentagem dos estabelecimentos rurais que fazem uso de queimadas. Essa técnica de produção contribui significativamente para a poluição do meio-ambiente, por esse motivo, essa variável possui um efeito negativo no IDR. O município de Solidão tem a maior porcentagem de estabelecimentos rurais que fazem queimadas (77,24%).

Em seguida são apresentadas na Tabela 4 a estatísticas descritivas do IDR e seus componentes, para os 181 municípios do Estado de Pernambuco.

É possível observar, através da referida tabela, que as maiores dispersões são dos índices parciais IMA e IBES. Dessa forma, esses dois índices seriam mais determinantes no resultado final do IDR. Para que um único componente do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) não exerça muita influência no resultado, os quatro índices parciais foram transformados em variáveis reduzidas (expressas em número de Desvio-padrão) com variância igual a 1. A variável reduzida é dada da seguinte forma:

$$Z = [(X - M) / V] \quad (6)$$

A variável reduzida, Z, é igual ao valor da variável, X, menos a média, M, dividida pela variância, V. A partir dessa transformação, foram calculadas as médias aritméticas para obter a classificação dos municípios. Com a padronização dos dados (divisão pelo o desvio-padrão), o IDR passa a assumir valores maiores que 1. Por esse motivo, Kageyama (2004) adverte que o uso da expressão “índice” pode não ser o mais adequado e que esse termo pode ser substituído por “medida de desenvolvimento rural”.

**Tabela 4 - Estatísticas descritivas do IDR e seus componentes, para os 181 municípios do Estado de Pernambuco**

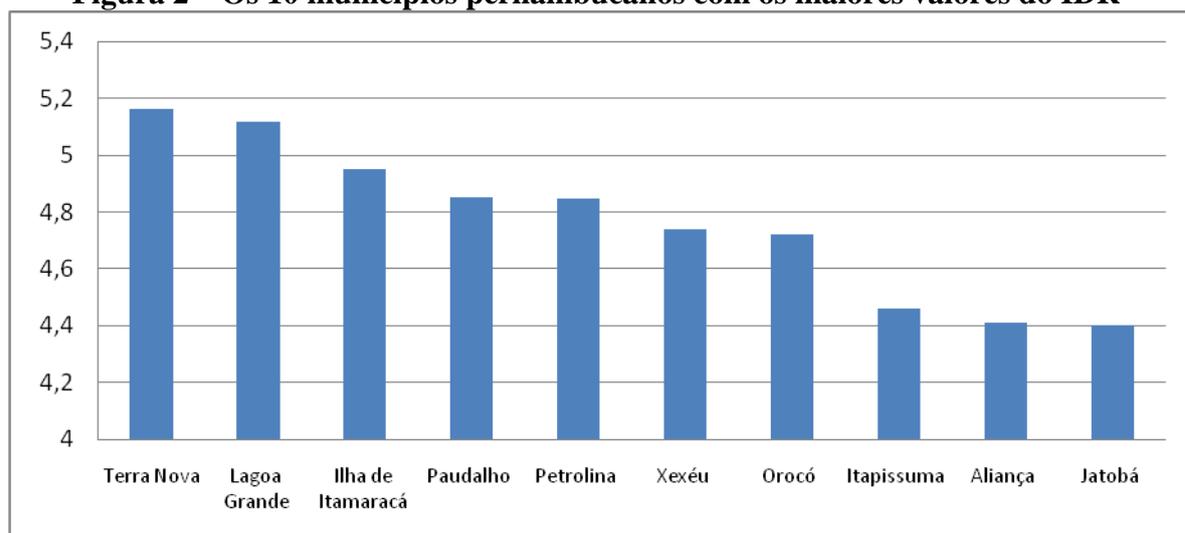
Índices	Valor mínimo	Valor máximo	Média	Desvio Padrão
<b>IDR</b>	0,1298	0,2793	0,1846	0,0288
<b>IPOP</b>	0,0696	0,4286	0,1846	0,0497
<b>IBES</b>	0,1598	0,4671	0,2651	0,0541
<b>IECO</b>	0,0661	0,4288	0,1414	0,0517
<b>IMA</b>	0,006	0,3348	0,1347	0,0685

Fonte: IBGE (Censo agropecuário 2006, Censos populacionais 2000 e 2010); CONDEPE/FIDEM e Ministério do Trabalho e Emprego - 2010

O IDR foi calculado para 181 municípios pernambucanos<sup>3</sup>. Com a padronização o IDR variou de 2,41 (no município de Serra Talhada) a 5,15 (no município de Terra Nova). Mesmo os municípios com valores do IDR próximos possuem composições bem diversas.

Na Figura 2 estão os 10 municípios com os maiores valores do IDR para o estado de Pernambuco.

**Figura 2 – Os 10 municípios pernambucanos com os maiores valores do IDR**



Fonte: IBGE (Censo agropecuário 2006, Censos populacionais 2000 e 2010); CONDEPE/FIDEM e Ministério do Trabalho e Emprego - 2010

O município de Terra Nova, que ficou em primeiro lugar com um IDR de 5,16, está situado na mesorregião do São Francisco, com uma população total de 9.278 habitantes onde 46% deles se encontram na zona rural, de acordo com o censo demográfico 2010. Com relação aos resultados dos quatro índices parciais, Terra Nova obteve o seu menor resultado no índice de meio-ambiente (2,36), mas, comparando-o com

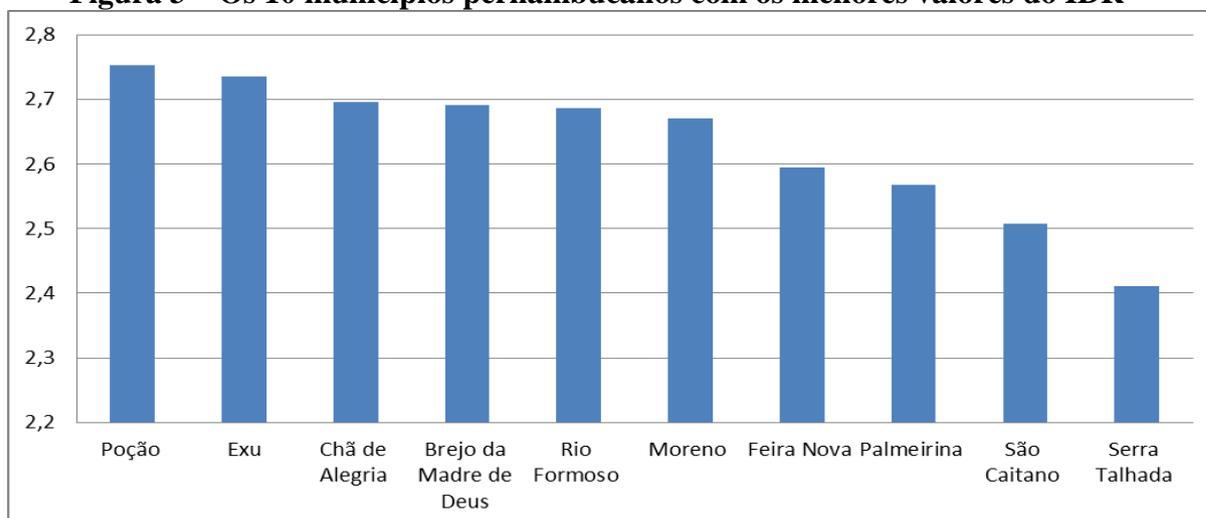
<sup>3</sup> O resultado do IDR e dos Índices parciais para todos os municípios estão na tabela A1, no apêndice.

os outros municípios analisados, possui o maior valor do índice econômico (8,24), além de um bom resultado no índice de bem-estar (6,15). O município de Cortês, diferentemente do município de Terra Nova, possui o maior resultado do índice de meio-ambiente (4,89), mas possui um baixo desempenho no índice econômico (2,69), ficando na 14ª posição, com um IDR de (4,26). Toritama se destaca com o maior resultado do índice de bem-estar (8,63), mas por possuir os componentes IPOP e IMA abaixo da média ficou situado na 48ª posição com o IDR de 3,64.

O 3º lugar no IDR para o município de Ilha de Itamaracá se deve ao considerável crescimento da sua população rural, que no ano de 2000 era de 1.310 habitantes e passou para 4.891 habitantes em 2010. (IBGE- censos demográficos 2000 e 2010). Esse crescimento pode ser justificado por uma maior atratividade do setor rural, através das melhorias de bem-estar, já que o IBES do município foi alto (7,1), enquanto, o IECO foi de apenas (1,55).

Na Figura 3 estão os 10 municípios com os menores valores do IDR para o estado de Pernambuco.

**Figura 3 – Os 10 municípios pernambucanos com os menores valores do IDR**



Fonte: IBGE (Censo agropecuário 2006, Censos populacionais 2000 e 2010); CONDEPE/FIDEM e Ministério do Trabalho e Emprego - 2010  
Elaboração própria.

A partir da referida figura observa-se que Serra Talhada foi o município com o pior resultado no Índice de Desenvolvimento Rural (2,4), os quatro índices parciais ficaram abaixo da média. Com relação a Serra Talhada pode-se destacar que sua população rural

teve uma redução de 15% entre 2000 e 2010, apenas 10,7% dos domicílios rurais possuíam saneamento semi-adequado, menos de 1% dos estabelecimento rurais possuíam computador, 59% da sua população rural era alfabetizada, o número de proprietários de estabelecimento rurais com segundo grau correspondia apenas a 2% do total, 7% dos estabelecimentos rurais faziam uso do plantio em nível, que é considerada a técnica mais simples de conservação do solo e só 2% do estabelecimentos rurais receberam orientação técnica.

Observa-se também que os municípios de São Caitano, Palmerina, Feira Nova e Moreno estão entre os cinco municípios com os piores resultados do IDR. Feira Nova e Palmerina estão localizados na mesorregião do Agreste pernambucano. O IDR de Feira Nova foi de 2,59; todos os seus índices parciais ficaram abaixo da média, mas o pior resultado foi para o índice de bem-estar. Enquanto a média dos municípios foi 5 o IBES de Feira Nova foi de 3,1. Palmerina alcançou um IDR de 2,57. Assim como Feira Nova, todos os índices parciais de Palmerina ficaram abaixo da média, mas o seu pior resultado foi com relação ao índice de meio ambiente, por causa dos baixos resultados das variáveis como: Mata para preservação, uso de plantio em nível, uso de orientação técnica, além de uma porcentagem alta de estabelecimentos rurais que fazem uso de queimadas.

É importante enfatizar que o desenvolvimento rural não se restringe apenas a questão econômica ou melhora na renda, também não depende unicamente da infraestrutura e da modernização da agricultura, por esse motivo o IDR é composto por quatro índices parciais que procuram reunir aspectos diferentes do desenvolvimento. Por causa dessa não unicidade do IDR algumas vezes a expectativa com relação à classificação de um determinado município não se concretiza, ou seja, um município que seja rico, não necessariamente, pode ficar nas primeiras posições, pois sua classificação também dependerá dos outros fatores que compõem o IDR.

A tabela 5 apresenta as mesorregiões dos dez municípios mais bem colocados e também os dez piores no IDR.

**Tabela 5 - Municípios com maiores e menores resultados no IDR, por mesorregião.**

<b>Município</b>	<b>IDR</b>	<b>Mesorregião</b>
<b>Terra Nova</b>	5,16	São Francisco Pernambucano
<b>Lagoa Grande</b>	5,11	São Francisco Pernambucano
<b>Ilha de Itamaracá</b>	4,95	Metropolitana do Recife
<b>Paudalho</b>	4,85	Mata Pernambucana
<b>Petrolina</b>	4,84	São Francisco Pernambucano
<b>Xexéu</b>	4,73	Mata Pernambucana
<b>Orocó</b>	4,72	São Francisco Pernambucano
<b>Itapissuma</b>	4,46	Metropolitana do Recife
<b>Aliança</b>	4,41	Mata Pernambucana
<b>Jatobá</b>	4,4	São Francisco Pernambucano
<b>Poção</b>	2,75	Agreste pernambucano
<b>Exu</b>	2,73	Sertão pernambucano
<b>Chã de Alegria</b>	2,69	Mata pernambucana
<b>Brejo da Madre de Deus</b>	2,69	Agreste pernambucano
<b>Rio Formoso</b>	2,68	Mata pernambucana
<b>Moreno</b>	2,67	Metropolitana do Recife
<b>Feira Nova</b>	2,59	Agreste pernambucano
<b>Palmeirina</b>	2,57	Agreste pernambucano
<b>São Caitano</b>	2,50	Agreste pernambucano
<b>Serra Talhada</b>	2,41	Sertão pernambucano

Elaboração própria

Dos dez municípios mais bem colocados nenhum pertence às mesorregiões do Agreste pernambucano e Sertão pernambucano. O município do Agreste pernambucano melhor classificado foi São Bento do Una, que ficou em 11º com o IDR de 4,37. Seu índice parcial de maior destaque foi o IECO (5,34), que se deve à porcentagem de emprego formal na agropecuária, que é de 35%. Do Sertão pernambucano foi a cidade de Solidão no 15º lugar com o IDR de 4,17. Os melhores resultados do município de Solidão são do IBES; 66% da sua população rural é alfabetizada, 79% dos estabelecimentos rurais possuem televisão e antena parabólica, 26,5% dos domicílios rurais possuem saneamento semi-adequado.

Dos dez piores colocados no IDR, cinco pertencem ao Agreste pernambucano. São Caitano, o pior colocado entre eles, teve seus quatro índices parciais abaixo da média. O município de Moreno é o único representante da mesorregião Metropolitana do Recife. O seu índice parcial mais distante da média dos municípios pernambucanos foi o relacionado ao bem-estar. A média do IBES para Pernambuco foi 5, enquanto, o resultado para o município de Moreno foi de apenas 2,95. Dois indicadores são os principais responsáveis por esse resultado. A porcentagem de estabelecimentos rurais com

computador foi menos de 1% e apenas 1,7% dos seus estabelecimentos rurais possuem proprietário com segundo grau.

Para sintetizar os resultados, os municípios pernambucanos foram classificados, segundo o IDR, em três níveis<sup>4</sup>. Foram utilizados como ponto de corte o primeiro e o terceiro quartis da distribuição. Com essa divisão, 25% dos municípios ficam no IDR Baixo, 25% no IDR Alto e 50% dos municípios se concentram no IDR Médio. Essa classificação se resume da seguinte forma:

- IDR Baixo:  $IDR \leq$  primeiro quartil (3,03)
- IDR Médio: primeiro quartil (3,03)  $<$  IDR  $<$  terceiro quartil (3,66)
- IDR Alto:  $IDR \geq$  terceiro quartil (3,66)

Utilizando essa metodologia proposta por Kageyama (2004), é possível apresentar a distribuição da população rural de Pernambuco através das classificações do IDR. Essa apresentação é expressa na tabela 6.

**Tabela 6 - População rural residente nos municípios pernambucanos de acordo com a classificação do IDR**

<b>IDR</b>	<b>População rural</b>	<b>% de população rural</b>
<b>Alto</b>	555.498	31,8
<b>Médio</b>	789.890	45,3
<b>Baixo</b>	398.850	22,9
<b>Total</b>	1.744.238	100

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010.

A maioria da população rural de Pernambuco está situada em municípios com IDR médio (45,3%), enquanto que (31,8%) se encontram em municípios com IDR alto, e (22,9%) da população rural vive em municípios com baixo índice de desenvolvimento rural. Dos 45 municípios que apresentam IDR alto, 31% estão na mesorregião do Agreste pernambucano, 31% na mesorregião da Mata pernambucana, 16% na mesorregião do São Francisco pernambucano, 13% na mesorregião do Sertão pernambucano e 9% na mesorregião Metropolitana do Recife.

<sup>4</sup> A classificação dos municípios pernambucanos por nível de desenvolvimento está na tabela A2 nos apêndice.

O IDR pode ser influenciado pelo o resultado de um ou dois índices parciais, então, quando o IDR possui todos os componentes altos significa que o desenvolvimento rural é forte e equilibrado em todos os seus aspectos. Se os componentes do IDR forem uniformemente baixos significa que medidas devem ser implementadas nos setores econômicos, sociais e ecológicos para melhorar a situação do município, entretanto, um IDR alto, mas com componentes diversos, aponta para um desenvolvimento desequilibrado e que necessita de medidas de correção.

Pode-se concluir que os municípios pernambucanos possuem resultados do IDR muito próximos, o desvio-padrão é de apenas 0,5, mas quando se observa os resultados dos índices parciais, é possível perceber que esses municípios possuem composições bem diversas. Mesmo os municípios mais bem colocados, não possuem uma uniformidade em seus resultados. Terra Nova é um exemplo, embora seja o município mais bem posicionado no IDR, ele apresenta dois índices parciais altos (IBES e IECO) e dois índices parciais próximo da média (IPOP e IMA), o que representa um índice de desenvolvimento rural desequilibrado. O município de Lagoa Grande, segundo colocado no IDR, não possui os maiores resultados para os índices parciais, mas apresenta certa uniformidade entre eles, ou seja, Lagoa grande não é o município com o maior desenvolvimento rural, mas se destaca com um desenvolvimento mais equilibrado. No extremo oposto está o município de Serra Talhada que tem resultados baixos para os quatro índices parciais. Nesse caso, o município precisa que ações sejam implantadas nas quatro áreas analisadas (populacional, social, econômica e ambiental) com o objetivo de impulsionar o seu desenvolvimento rural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor rural e suas atividades representam um segmento importante para a economia. Nas últimas décadas o rural passou por muitas transformações, começou a interagir com os demais setores da economia fornecendo e consumindo produtos. As atividades, que antes eram características das áreas urbanas, encontram no rural mais um campo de atuação.

O desenvolvimento rural não está associado apenas ao crescimento econômico e a agricultura, mas depende da melhoria das condições de vida da população que está situada no campo; do crescimento sustentável, que vise à preservação ambiental, entre outros fatores. Por esse motivo, é importante que se estabeleça uma forma mais ampla de medir o desenvolvimento rural, levando em consideração todas essas variáveis.

Um ponto a ser destacado é a insuficiência de dados sobre o setor rural, principalmente quando a análise é feita a nível municipal. A escassez de dados impede o aprofundamento do estudo sobre alguns temas e abordagens.

Este trabalho buscou medir o desenvolvimento rural dos municípios pernambucanos, além de traçar uma análise comparativa entre eles. Para tal objetivo, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Rural - IDR que é composto por quatro índices parciais e que reuni variáveis ligadas a população, bem estar social, economia e meio ambiente.

O principal resultado encontrado foi o de que realmente existe uma diferença significativa no nível de desenvolvimento rural entre os municípios pernambucanos. O resultado do IDR não sofre uma grande variação, mas a sua composição para cada município, através dos índices parciais, é bem diversa.

Com relação ao índice populacional, constatou-se que 99, dos 181 municípios, estão abaixo da média. Esse resultado se justifica, principalmente, pela baixa porcentagem da população rural e por causa da redução da população rural entre 2000 e 2010. É interessante destacar que, não necessariamente, os municípios que sofreram as maiores reduções da população rural possuem baixos resultados no índice de bem-estar. Portanto, é possível concluir que as condições estruturais e sociais não são as únicas razões que levam as pessoas a deixarem a zona rural.

Através das variáveis do índice de bem-estar foi possível observar que as áreas social e estrutural ainda são muito precárias no setor rural pernambucano, em média, apenas 61% da população rural de Pernambuco é alfabetizada. O número de domicílios rurais com saneamento semi-adequado e domicílios que possuem algum tipo de coleta de lixo, abastecimento de água e fornecimento de energia é muito baixo.

Com relação ao meio ambiente, os dados disponíveis não dão suporte para uma análise mais profunda, mas de acordo com as variáveis utilizadas constatou-se que a questão ambiental do desenvolvimento necessita de mais atenção. Ainda é muito alto o número de estabelecimentos rurais que utilizam práticas agrícolas que degradam o solo e prejudicam o meio-ambiente como um todo. Em média, apenas 3,62% dos estabelecimentos rurais pernambucanos utilizam orientação técnica regularmente.

Com o IDR foi possível separar os 181 municípios estudados entre desenvolvimento rural alto, médio e baixo. Por essa divisão, observou-se que 22,9% da população rural vivem em municípios com baixo desenvolvimento rural e que a maioria encontra-se em municípios que apresentaram índice de desenvolvimento rural médio. As duas mesorregiões pernambucanas que possui o menor número de municípios com IDR alto são: Metropolitana do Recife e Sertão pernambucano.

Observando os índices parciais percebe-se que o desenvolvimento rural de muitos municípios pernambucanos não é equilibrado, pois apresentam disparidades em seus resultados. Através do IDR foi possível identificar os municípios que possuem seus quatro índices parciais baixos, como por exemplo, os municípios de Moreno, Cupira, Tamandaré, Serra Talhada, entre outros. Esses municípios necessitam que medidas sejam implementadas em todos os campos do desenvolvimento. Já os municípios que apresentam uma composição discrepante, ou seja, alguns índices altos e outros baixos, precisa de uma rota de correção direcionada para os setores com baixos resultados.

Portanto este trabalho contribui na identificação do nível de desenvolvimento rural dos municípios do estado de Pernambuco, ajudando os formuladores de políticas e programas públicos na implementação de medidas através da observação dos setores mais necessitados de intervenção e correção.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702, IPEA, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < [http://ipea.gov.br/pub/td/2000/td\\_0702.pdf](http://ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0702.pdf)> Acesso em 14 de Fevereiro de 2012.

ACCARINI, José H. **Economia rural e desenvolvimento: Reflexões sobre o caso brasileiro**. Editora Vozes Ltda: Petrópolis – RJ, 1987.

BDE – **Base de Dados do Estado**. Disponível em: < [http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo\\_site2.aspx](http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx)>

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico do desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV 157, 2006. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em 17 de Janeiro de 2012.

BRYDEN, John. **Rural Development Indicators and Diversity in the European Union**. 2002. Disponível em: < [http://srdc.msstate.edu/trainings/presentations\\_archive/2002/2002\\_bryden.pdf](http://srdc.msstate.edu/trainings/presentations_archive/2002/2002_bryden.pdf)> Acesso em 20 de Fevereiro de 2012.

CARDOSO, João Luiz. **Crédito rural no contexto do desenvolvimento**. São Paulo: Perspectivas, 1983, p.109 – 114.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia**. 2002, v.5, n.2, p. 73-84. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a05v5n2.pdf>> Acesso em 20 de Janeiro de 2012.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – **Pernambuco Indicadores Econômicos: Desempenho da economia pernambucana no 4º trimestre de 2011**. Disponível em: < [http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/resultados?p\\_p\\_id=110\\_INSTANCE\\_4TYm&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-2&p\\_p\\_col\\_pos=1&p\\_p\\_col\\_count=2&\\_110\\_INSTANCE\\_4TYm\\_struts\\_action=%2Fdocument\\_library\\_display%2Fview&\\_110\\_INSTANCE\\_4TYm\\_folderId=1928198](http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/resultados?p_p_id=110_INSTANCE_4TYm&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_4TYm_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview&_110_INSTANCE_4TYm_folderId=1928198)> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2012.

CORTÊS, Cesar Pessoa. **“Novas ruralidades”, “novo rural” ou “urbanidades no rural”? O município de Sumidouro/RJ como estudo de caso no rural fluminense.**

Dissertação de mestrado em Geografia, URJ. Disponível em:

<<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/25.pdf>> Acesso: 14 de Março de 2012.

FAVARETO, Arilson da Silva. **A longa evolução da relação rural–urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural.** Disponível em: <

<http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734537/original/1052734537-favareto.2007-longa.pdf?1297068217>> Acesso em: 04 de Março de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.**

Disponível em: <

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 14 de Fevereiro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **Censo Demográfico 2000.**

Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)> Acesso em 14 de Fevereiro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **Censo Agropecuário 2006.**

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2012.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 19 de Fevereiro de 2012.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento Rural: conceito e medida.** Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379 – 408. Disponível em: <

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fseer.sct.embrapa.br%2Findex.php%2Fct%2Farticle%2Fdownload%2F8702%2F4887&ei=zwASUIPxMIak8ATr4IHgCQ&usg=AFQjCNHZ6XCg8DdKSz5juz0aDptDpP37Ew>> Acesso em 12 de Janeiro de 2012.

KAGEYAMA, Ângela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In. DELGADO, Guilherme Costa, GASQUES, José Garcia et al. (Orgs). Agricultura e políticas públicas, Brasília, IPEA, série 127, 1990, p. 113 – 223.

MOURA, J. T. V. **OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDRs) E A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o Estado.** UFRS, 2002. Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/joana\\_teresa\\_vaz\\_de\\_moura.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/joana_teresa_vaz_de_moura.pdf)> Acesso em 19 de Março de 2012.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Avançados, 2001, v.15, p. 83 - 100. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>> Acesso em 20 de Janeiro de 2012.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** Revista Nova Economia. Belo Horizonte, 1997, p.43 – 81. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf)> Acesso em 05 de Fevereiro de 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Crescimento e desenvolvimento econômico.** Texto para discussão EESP/FGV, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>> Acesso em 17 de Janeiro de 2012.

VERDE, V.V. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em:<<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorios.pdf>> Acesso em 25 de Março de 2012.

## ANEXOS

**Tabela A1 - Resultado do IDR e dos índices parciais  
(Através do método da variável reduzida)**

MUNICÍPIOS – PE	IPOP	IBES	IECO	IMA	IDR
Abreu e Lima	6,203818	5,86273	2,275658	0,17011	3,628079
Afogados da Ingazeira	2,7433	4,57473	2,012661	2,791031	3,03043
Afrânio	4,661176	4,372304	2,390795	1,98322	3,351874
Agrestina	2,817988	6,76045	3,453157	1,104637	3,534058
Água Preta	3,74106	4,064023	3,86636	2,755982	3,606856
Águas Belas	3,301839	4,019779	1,764581	1,948903	2,758775
Alagoinha	3,731066	5,303287	2,653805	4,060667	3,937206
Aliança	3,971211	5,914303	5,713149	2,040117	4,409695
Altinho	3,12188	4,134406	2,416183	2,121557	2,948507
Amaraji	2,674374	3,386229	2,601454	3,579111	3,060292
Angelim	3,589068	5,082711	2,279913	2,037127	3,247205
Araçoiaba	3,226351	5,07125	1,474721	2,32148	3,023451
Araripina	3,548086	4,264826	2,12954	1,902439	2,961223
Arcoverde	2,962099	5,782481	2,126943	3,105295	3,494204
Barra de Guabiraba	1,787509	5,169139	5,756064	1,918398	3,657778
Barreiros	2,994579	3,644138	3,011207	1,556046	2,801493
Belém de Maria	3,289318	3,980533	1,854943	2,715187	2,959995
Belém de São Francisco	3,011874	4,589311	3,467252	0,937215	3,001413
Belo Jardim	2,505705	5,607215	2,280511	1,647985	3,010354
Betânia	4,505979	5,792757	2,154051	3,845852	4,07466
Bezerros	2,103561	4,894513	2,853883	2,207859	3,014954
Bodocó	4,497814	4,429759	2,143205	1,190526	3,065326
Bom Conselho	3,259344	4,899676	2,384233	2,134784	3,169509
Bom Jardim	5,019773	4,941793	2,715654	1,712844	3,597516
Bonito	2,727204	5,006976	2,818704	3,003678	3,38914
Brejão	4,376008	5,005654	3,658367	0,687889	3,43198
Brejinho	4,45254	4,966154	2,130547	2,659701	3,552236
Brejo da Madre de Deus	2,282884	4,323363	2,836456	1,320049	2,690688
Buenos Aires	3,408965	4,945888	4,070221	2,686035	3,777777
Buíque	4,321636	4,173756	3,276194	2,032312	3,450974
Cabo de Santo Agostinho	4,407789	5,128983	3,07942	2,177982	3,698544
Cabrobó	3,174645	5,380704	2,95743	2,7982	3,577745
Cachoeirinha	2,228425	4,00074	2,532738	4,156055	3,229489
Caetés	5,218047	3,804573	3,090174	3,880207	3,99825
Calçado	4,703813	5,175796	3,175896	0,487712	3,385804
Calumbi	3,825923	6,177592	2,394394	1,984102	3,595503
Camocim de São Félix	2,983989	6,863485	3,920004	3,325703	4,273295
Camutanga	3,618857	5,822114	3,129641	0,802669	3,34332
Canhotinho	3,478927	4,357174	2,31333	2,299887	3,11233
Capoeiras	4,630835	4,198995	2,851622	0,327515	3,002242
Carnaíba	4,371653	5,315593	2,312068	2,947092	3,736601
Carnaubeira da Penha	5,264751	4,026006	1,7976	3,091852	3,545052
Carpina	4,746573	3,246039	2,735009	3,041363	3,442246
Caruaru	4,070963	6,80216	2,95367	1,898332	3,931282
Casinhas	6,308999	4,33351	2,496097	1,322639	3,615311
Catende	3,730221	4,716875	1,853716	4,350457	3,662817
Cedro	4,100524	4,492575	3,264728	0,111227	2,992263
Chã de Alegria	3,749352	3,729364	2,211613	1,09447	2,6962
Chã Grande	3,902158	4,839827	4,431959	1,966031	3,784994
Condado	2,510165	5,542208	3,003252	2,399607	3,363808
Correntes	3,435088	4,894195	2,578712	1,531066	3,109765
Cortês	3,740081	5,747441	2,685204	4,886976	4,264925

Cumaru	3,118762	4,188087	2,847245	2,091819	3,061478
Cupira	2,695225	3,763559	1,91889	2,77585	2,788381
Custódia	3,002461	4,617677	2,701408	2,975679	3,324306
Dormentes	4,543715	5,551266	2,494053	1,17314	3,440543
Escada	2,705054	4,25393	2,855194	4,129149	3,485832
Exu	3,506374	4,230349	2,250428	0,954023	2,735294
Feira Nova	2,749758	3,100208	2,706402	1,821236	2,594401
Ferreiros	2,356564	5,180568	4,202622	3,850164	3,89748
Flores	4,169429	4,364882	2,524836	1,299123	3,089568
Floresta	2,693151	4,086627	2,249435	2,749739	2,944738
Frei Miguelinho	5,38383	6,416826	3,271404	1,057865	4,032481
Gameleira	3,473093	4,947471	4,300296	1,315877	3,509184
Garanhuns	3,677821	3,53785	1,93594	1,964977	2,779147
Glória do Goitá	3,986351	3,288619	3,115665	1,832694	3,055832
Goiana	2,82152	6,51044	4,438859	2,459537	4,057589
Granito	3,808254	5,031994	2,733852	2,451663	3,506441
Gravatá	2,083875	4,455292	2,503448	2,195603	2,809555
Iati	4,27403	5,312951	2,000455	0,578428	3,041466
Ibimirim	3,666158	5,514737	2,907389	3,579572	3,916964
Ibirajuba	4,024393	5,495819	3,55481	0,835607	3,477657
Igarassu	4,169915	5,24298	2,508835	1,401157	3,330722
Iguaraci	3,39952	4,654616	2,334812	2,73333	3,280569
Ilha de Itamaracá	8,623836	7,0989	1,553349	2,523204	4,949823
Inajá	5,189763	4,507475	2,429622	4,087164	4,053506
Ingazeira	3,230986	4,411535	2,678839	1,455306	2,944167
Ipojuca	3,616791	5,085142	2,200677	2,940069	3,46067
Ipubi	3,876838	3,901817	2,133102	1,125924	2,75942
Itacuruba	2,72484	4,269544	2,696698	4,061536	3,438155
Itaíba	4,524186	4,758935	3,273373	1,892205	3,612175
Itambé	2,653834	5,20837	3,991938	0,641885	3,124007
Itapetim	3,438744	4,157683	2,698236	2,166011	3,115169
Itapissuma	5,043856	7,477009	2,484171	2,838605	4,46091
Itaquitinga	2,943259	5,261162	3,992864	0,52005	3,179334
Jaboatão dos Guararapes	3,215013	6,513348	2,018561	0,89805	3,161243
Jaqueira	3,596414	5,543769	3,075635	1,180647	3,349116
Jataúba	3,154207	4,311308	2,666831	1,74791	2,970064
Jatobá	4,853437	5,8872	5,527329	1,330089	4,399514
João Alfredo	4,945325	4,070467	2,890252	1,839332	3,436344
Joaquim Nabuco	2,896497	5,465772	2,769365	0,179398	2,827758
Jucati	5,270697	4,261015	3,597831	1,176439	3,576495
Jupi	3,636597	3,840353	3,008641	3,657306	3,535724
Jurema	3,659877	4,197345	2,039333	1,16297	2,764881
Lagoa do Carro	3,716141	4,679117	4,41726	0,60481	3,354332
Lagoa do Itaenga	3,89365	3,680196	3,020726	1,157237	2,937952
Lagoa do Ouro	3,938248	5,809372	2,357853	1,700266	3,451435
Lagoa dos Gatos	3,455687	4,105026	1,617544	1,885132	2,765847
Lagoa Grande	4,802198	6,090129	6,370936	3,205583	5,117211
Lajedo	3,977749	6,748608	3,986128	2,52584	4,309581
Limoeiro	3,018356	5,157825	2,861667	1,084414	3,030565
Macaparana	4,676864	5,935255	3,240948	0,466221	3,579822
Machados	4,713868	4,424382	3,111456	2,374696	3,656101
Manari	5,817843	4,250613	2,358783	3,51418	3,985355
Maraial	2,602598	5,119758	5,414894	0,88476	3,505503
Mirandiba	3,713565	5,405964	2,820935	1,596354	3,384204
Moreilândia	3,125572	4,397287	2,094664	2,547456	3,041245
Moreno	2,91048	2,953206	3,321792	1,496934	2,670603
Nazaré da Mata	2,614985	4,329828	3,67354	1,416492	3,008711
Olinda	1,521817	8,389034	3,127744	0,587298	3,406473

Orobó	5,246504	4,793268	3,083916	1,061373	3,546265
Orocó	4,922465	7,392439	3,591939	2,970323	4,719292
Ouricuri	3,921657	4,141646	1,575838	2,007076	2,911554
Palmares	3,473738	5,109127	3,193085	2,502069	3,569505
Palmeirina	2,743866	4,704018	2,026171	0,796956	2,567753
Panelas	3,391129	4,577972	1,823667	1,638047	2,857704
Paranatama	5,285877	5,717056	2,54175	2,038877	3,89589
Parnamirim	4,060943	3,998567	2,926127	2,758088	3,435931
Passira	3,908744	5,862248	2,779692	2,620597	3,79282
Paudalho	4,496964	5,84738	6,996432	2,059995	4,850193
Pedra	3,164512	4,257055	3,472519	0,925506	2,954898
Pesqueira	3,023618	5,434317	2,489251	3,703813	3,66275
Petrolândia	3,36748	6,925107	2,490784	1,852631	3,659001
Petrolina	4,302625	7,408341	3,590973	4,084439	4,846594
Poção	3,143608	4,992085	1,66115	1,215274	2,753029
Pombos	3,224244	4,048091	3,469807	1,114937	2,96427
Primavera	3,630145	4,709263	2,987578	1,801522	3,282127
Quipapá	4,610028	4,936675	3,915984	2,376606	3,959823
Quixaba	4,434386	4,822876	2,1068	2,233656	3,39943
Riacho das Almas	3,924048	4,772015	4,188835	0,596062	3,37024
Ribeirão	3,015127	5,826422	3,955936	2,416923	3,803602
Rio Formoso	3,171654	4,310403	2,448651	0,816886	2,686898
Sairé	2,941819	4,800322	4,000503	1,486981	3,307406
Salgadinho	5,438064	3,869841	2,165614	1,724138	3,299414
Salgueiro	2,336938	5,596551	2,604171	1,913388	3,112762
Saloá	3,708629	4,909569	3,406753	0,860588	3,221385
Sanharó	3,899842	6,591159	3,102267	1,554708	3,786994
Santa Cruz	4,667642	3,690229	1,987643	2,964332	3,327462
Santa Cruz da Baixa Verde	4,969648	5,017154	2,229194	2,053283	3,567319
Santa Cruz do Capibaribe	3,717749	5,337732	3,247873	0,437831	3,185296
Santa Filomena	5,492471	4,564716	1,441237	3,049095	3,63688
Santa Maria da Boa Vista	4,865115	5,272926	2,968904	1,623209	3,682538
Santa Maria do Cambucá	6,007827	5,204694	2,544566	2,647436	4,101131
Santa Terezinha	4,032741	4,738485	1,867715	1,294251	2,983298
São Benedito do Sul	4,357393	4,206112	2,755413	3,421445	3,685091
São Bento do Una	4,080997	4,963079	5,335578	3,091516	4,367793
São Caitano	2,471267	3,479115	2,703948	1,377808	2,508034
São João	4,201727	3,943727	3,94074	2,6397	3,681474
São Joaquim do Monte	2,748789	4,551104	2,817986	1,83582	2,988425
São José da Coroa Grande	4,663219	7,699209	1,856011	0,087521	3,57649
São José do Belmonte	4,053688	5,465182	2,637745	1,49601	3,413156
São José do Egito	3,373567	4,653584	3,413036	1,973405	3,353398
São Lourenço da Mata	3,904007	3,949218	1,932847	2,956296	3,185592
São Vicente Ferrer	3,633817	5,608742	3,151057	0,745422	3,28476
Serra Talhada	2,349703	4,267586	2,118879	0,907491	2,410915
Serrita	4,391456	4,288634	2,378638	2,501808	3,390134
Sertânia	3,555057	5,456196	2,476414	3,084979	3,643161
Sirinhaém	4,054574	6,360774	3,401768	2,874255	4,172843
Solidão	4,885353	5,727714	2,265013	3,919341	4,199355
Surubim	3,724982	5,579196	2,932777	1,631444	3,4671
Tabira	3,000275	5,52839	1,656376	3,4732	3,41456
Tacaimbó	3,281678	4,2497	2,881249	2,632254	3,26122
Tacaratu	4,872591	4,75284	1,960284	2,550983	3,534175
Tamandaré	2,999392	3,63246	2,328862	2,891865	2,963145
Taquaritinga do Norte	2,776878	6,004112	4,268326	1,375159	3,606119
Terezinha	4,01079	5,491171	2,574631	1,348063	3,356164
Terra Nova	3,832136	6,155143	8,294241	2,364414	5,161483
Timbaúba	2,485863	5,550966	2,733731	0,798742	2,892325

<b>Toritama</b>	1,399475	8,634192	3,399011	1,144984	3,644415
<b>Tracunhaém</b>	1,999879	4,453626	4,772649	2,734002	3,490039
<b>Trindade</b>	2,39847	4,674394	1,278381	2,74819	2,774859
<b>Triunfo</b>	3,919555	5,296777	2,774377	1,406889	3,3494
<b>Tupanatinga</b>	4,559505	4,81787	2,296109	2,941282	3,653692
<b>Tuparetama</b>	2,413928	4,07297	3,056413	2,656005	3,049829
<b>Venturosa</b>	3,193792	5,145433	3,460253	1,312838	3,278079
<b>Verdejante</b>	4,838198	5,451163	2,321796	0,790708	3,350466
<b>Vertente do Lério</b>	5,545109	5,394849	2,227704	1,803918	3,742895
<b>Vertentes</b>	2,598983	4,698361	3,07116	2,128954	3,124365
<b>Vicência</b>	4,504306	6,496292	3,137894	1,841111	3,994901
<b>Vitória de Santo Antão</b>	3,921277	3,802155	2,594483	1,371699	2,922403
<b>Xexéu</b>	4,316989	7,456074	4,143919	3,03303	4,737503

Fonte: IBGE (Censo agropecuário 2006, Censos populacionais 2000 e 2010); CONDEPE/FIDEM e Ministério do Trabalho e Emprego - 2010  
Elaboração própria.

**Tabela A2 - Classificação dos municípios e nível de desenvolvimento rural**

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>IDR</b>	<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>IDR</b>
<b>IDR ALTO</b>			<b>IDR MÉDIO</b>		
1º	Terra Nova	5,161483	92º	Bonito	3,38914
2º	Lagoa Grande	5,117211	93º	Calçado	3,385804
3º	Ilha de Itamaracá	4,949823	94º	Mirandiba	3,384204
4º	Paudalho	4,850193	95º	Riacho das Almas	3,37024
5º	Petrolina	4,846594	96º	Condado	3,363808
6º	Xexéu	4,737503	97º	Terezinha	3,356164
7º	Orocó	4,719292	98º	Lagoa do Carro	3,354332
8º	Itapissuma	4,46091	99º	São José do Egito	3,353398
9º	Aliança	4,409695	100º	Afrânio	3,351874
10º	Jatobá	4,399514	101º	Verdejante	3,350466
11º	São Bento do Una	4,367793	102º	Triunfo	3,3494
12º	Lajedo	4,309581	103º	Jaqueira	3,349116
13º	Camocim de São Félix	4,273295	104º	Camutanga	3,34332
14º	Cortês	4,264925	105º	Igarassu	3,330722
15º	Solidão	4,199355	106º	Santa Cruz	3,327462
16º	Serinhaem	4,172843	107º	Custódia	3,324306
17º	Santa Maria do Cambucá	4,101131	108º	Sairé	3,307406
18º	Betânia	4,07466	109º	Salgadinho	3,299414
19º	Goiana	4,057589	110º	São Vicente Ferrer	3,28476
20º	Inajá	4,053506	111º	Primavera	3,282127
21º	Frei Miguelinho	4,032481	112º	Iguaraci	3,280569
22º	Caetés	3,99825	113º	Venturosa	3,278079
23º	Vicência	3,994901	114º	Tacaimbó	3,26122
24º	Manari	3,985355	115º	Angelim	3,247205
25º	Quipapá	3,959823	116º	Cachoeirinha	3,229489
26º	Alagoinha	3,937206	117º	Saloá	3,221385
27º	Caruaru	3,931282	118º	São Lourenço da Mata	3,185592
28º	Ibimirim	3,916964	119º	Santa Cruz do Capibaribe	3,185296
29º	Ferreiros	3,89748	120º	Itaquitinga	3,179334
30º	Paranatama	3,89589	121º	Bom Conselho	3,169509
31º	Ribeirão	3,803602	122º	Jaboatão dos Guararapes	3,161243
32º	Passira	3,79282	123º	Vertentes	3,124365
33º	Sanharó	3,786994	124º	Itambé	3,124007
34º	Chã Grande	3,784994	125º	Itapetim	3,115169
35º	Buenos Aires	3,777777	126º	Salgueiro	3,112762
36º	Vertente do Lério	3,742895	127º	Canhotinho	3,11233
37º	Carnaíba	3,736601	128º	Correntes	3,109765
38º	Cabo de Santo Agostinho	3,698544	129º	Flores	3,089568
39º	São Benedito do Sul	3,685091	130º	Bodocó	3,065326
40º	Santa Maria da Boa Vista	3,682538	131º	Cumarú	3,061478
41º	São João	3,681474	132º	Amaraji	3,060292
42º	Catende	3,662817	133º	Glória do Goitá	3,055832
43º	Abreu e Lima	3,66275	134º	Tuparetama	3,049829
44º	Petrolândia	3,659001	135º	Iati	3,041466
45º	Barra de Guabiraba	3,657778	136º	Moreilândia	3,041245
<b>IDR MÉDIO</b>			<b>IDR BAIXO</b>		
46º	Machados	3,656101	137º	Limoeiro	3,030565
47º	Tupanatinga	3,653692	138º	Afogados	3,03043
48º	Toritama	3,644415	139º	Araçoiaba	3,023451
49º	Sertânia	3,643161	140º	Bezerros	3,014954
50º	Santa Filomena	3,63688	141º	Belo Jardim	3,010354
51º	Abreu e Lima	3,628079	142º	Nazaré da Mata	3,008711
52º	Casinhas	3,615311	143º	Capoeiras	3,002242
53º	Itaíba	3,612175	144º	Belém de São Francisco	3,001413

54°	Água Preta	3,606856	145°	Cedro	2,992263
55°	Taquaritinga do Norte	3,606119	146°	São Joaquim do Monte	2,988425
56°	Bom Jardim	3,597516	147°	Santa Terezinha	2,983298
57°	Calumbi	3,595503	148°	Jataúba	2,970064
58°	Macaparana	3,579822	149°	Pombos	2,96427
59°	Cabrobó	3,577745	150°	Tamandaré	2,963145
60°	Jucati	3,576495	151°	Araripina	2,961223
61°	São José da Coroa Grande	3,57649	152°	Belém de Maria	2,959995
62°	Palmares	3,569505	153°	Pedra	2,954898
63°	Santa Cruz da Baixa Verde	3,567319	154°	Altinho	2,948507
64°	Brejinho	3,552236	155°	Floresta	2,944738
65°	Orobó	3,546265	156°	Ingazeira	2,944167
66°	Carnaubeira da Penha	3,545052	157°	Lagoa do Itaenga	2,937952
67°	Jupi	3,535724	158°	Vitória de Santo Antão	2,922403
68°	Tacaratu	3,534175	159°	Ouricuri	2,911554
69°	Agrestina	3,534058	160°	Timbaúba	2,892325
70°	Gameleira	3,509184	161°	Panelas	2,857704
71°	Granito	3,506441	162°	Joaquim Nabuco	2,827758
72°	Maraial	3,505503	163°	Gravatá	2,809555
73°	Arcoverde	3,494204	164°	Barreiros	2,801493
74°	Tracunhaém	3,490039	165°	Cupira	2,788381
75°	Escada	3,485832	166°	Garanhuns	2,779147
76°	Ibirajuba	3,477657	167°	Trindade	2,774859
77°	Surubim	3,4671	168°	Lagoa dos Gatos	2,765847
78°	Ipojuca	3,46067	169°	Jurema	2,764881
79°	Lagoa do Ouro	3,451435	170°	Ipubi	2,75942
80°	Buíque	3,450974	171°	Águas Belas	2,758775
81°	Carpina	3,442246	172°	Poçoão	2,753029
82°	Dormentes	3,440543	173°	Exu	2,735294
83°	Itacuruba	3,438155	174°	Chã de Alegria	2,6962
84°	João Alfredo	3,436344	175°	Brejo da Madre de Deus	2,690688
85°	Parnamirim	3,435931	176°	Rio Formoso	2,686898
86°	Brejão	3,43198	177°	Moreno	2,670603
87°	Tabira	3,41456	178°	Feira Nova	2,594401
88°	São José do Belmonte	3,413156	179°	Palmeirina	2,567753
89°	Olinda	3,406473	180°	São Caitano	2,508034
90°	Quixaba	3,39943	181°	Serra Talhada	2,410915
91°	Serrita	3,390134			

Fonte: IBGE (Censo agropecuário 2006, Censos populacionais 2000 e 2010); CONDEPE/FIDEM  
 Ministério do Trabalho e Emprego – 2010.  
 Elaboração própria.